

Novas e amplas soluções

ESTÁ CRESCENDO nos Estados Unidos a convicção de que a dívida externa dos países em desenvolvimento não é problema apenas para os bancos credores e que nele devem se envolver, de forma decisiva, os Governos dos EUA, do Japão e da Europa Ocidental.

HÁ, PARA isto, razões de natureza política, mas algumas são estritamente econômicas. Destaca-se entre estas o fato de que o comércio exterior americano com o Terceiro Mundo, e em particular com a América Latina, tem sido fortemente afetado pela crise da dívida, pois os países devedores vêm, gradativamente, perdendo a sua capacidade de importar. Sem aporte de capital estrangeiro, como lembrou recentemente o "New York Times", este quadro não será alterado.

ACREDITA o jornal — voz influente na comunidade financeira de Nova York — que a política do muddling through — expressão que equivale ao nosso "empurrar com a barriga" — está ficando cara demais para as economias dos diversos países; portanto, é imperioso partir para soluções. Os bancos privados praticamente atingiram seus limites de ajuda e, por isso, o aporte de capital deve ser reforçado por fontes governamentais.

O"TIMES" chega a sugerir que o Japão e a Europa Ocidental, que acumularam elevadíssimas reservas nos últimos dois anos, transfiram maior soma de capital para os países endividados,

dos, usando, de preferência, instituições multilaterais de crédito, como o Banco Mundial, para que o risco das aplicações seja atenuado.

EFETIVAMENTE, já era de se esperar que as instituições multilaterais e os Governos dos países ricos tivessem presença mais forte na busca de soluções para o problema da dívida — até mesmo em legítima defesa, para que os estilhaços da crise não acabem atingindo o chamado mundo industrializado. No ano passado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) recebeu dos endividados muito mais recursos do que emprestou, chegando essa diferença a US\$ 8,6 bilhões. No Banco Mundial, o panorama é semelhante. Em 1985, o total de desembolsos líquidos (descontando-se as amortizações de empréstimos concedidos anteriormente) do Bird foi de US\$ 3 bilhões; em 1986, tal cifra caiu para US\$ 532 milhões e no ano passado reduziu-se para US\$ 398 milhões.

OS PAÍSES devedores têm uma boa dose de responsabilidade por essa situação, à medida que se preocuparam em pintar o FMI ou os credores do Clube de Paris como bodes expiatórios de todos os seus males. Mas, diante destes números, pode-se igualmente dizer que os países ricos e as instituições internacionais pouco também se movimentaram para atenuar a crise, deixando de alterar, face a uma situação de visível deterioração, as exigências para liberação de finan-

ciamentos ou refinanciamentos dos débitos existentes.

AS NOVAS soluções que começam a ser pensadas vão muito além de planos de "rolagem" e da concessão de spreads mais generosos. Estes são acertos — como o que o Brasil está ultimando — que se fazem no nível das relações entre devedores e credores.

O QUE vozes influentes nos EUA começam a descobrir é o peso da dívida como obstáculo ao crescimento do Terceiro Mundo — e quanto essa crise, embora aqui e ali atenuada por negociações bem-sucedidas, afeta negativamente a estabilidade econômica do Primeiro Mundo.

QUEM tiver uma visão histórica da questão saberá que nos EUA, como no Japão e na Europa Ocidental, a inadimplência dos devedores não é apenas fator de constrangimento nas relações entre a direção dos bancos, que em muitos casos emprestaram demais e mal, e seus acionistas. Trata-se, isto sim, de um problema cada vez maior para a economia de cada um dos países industrializados, influindo em sua balança comercial, em sua política financeira e, em última análise, no bem-estar de seu povo.

SÓ COM essa compreensão ampla da situação poderão todos buscar os meios corretos e definitivos de libertar toda a comunidade internacional da armadilha que, de certa forma, ela mesma criou.